ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Revista Servidor

Assemperj

ANO 2 / Nº 9 / MAR-ABR DE 2018

Campanha : O MP que Queremos

Edital de Remoções / Permutas
Reajuste salarial
Teletrabalho

Valorização do Servidor
Revisão da Jornada de Trabalho
Combate ao assédio moral

PÁGINAS 4 e 5

Campanha dos servidores: o MP que queremos

A Assemperj e o Sindsemp/RJ lançam campanha em defesa dos direitos dos servidores. Convidamos todos os associados para Assembleia Geral no próximo dia 11 de abril às 18h, na sede da Assemperj.

ARTIGO
Diretor da Anaferj mostra como o cidadão pode contribuir para diminuir a crise no Estado.

ANAFERJ
Associação dos Analistas da Fazenda Estadual do Rio de Janeiro

PÁG. 3

REUNIÃO COM PGJ

Veja as questões abordadas na reunião de março com a Administração Superior.

PÁG. 8

CONSELHO DIRETOR
(GESTÃO 17-18)

Editorial

A edição de março/abril da Revista Servidor MPRJ não poderia deixar de destacar o brutal ataque à democracia brasileira: o assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL), ocorrido no dia 14 de março, no Rio de Janeiro. Além da violência cada vez maior em nosso Estado, que vive uma dramática crise financeira construída pela política equivocada e má gestão dos nossos representantes, o Estado de Direito é colocado em xeque. Além do absurdo número de mortes de policiais em nosso Estado, agora também a violência atinge a única mulher negra eleita na Câmara Municipal e a quinta mais votada na última eleição. Independente das polarizações ideológicas em torno do tema, a forma como ocorreu sua morte é inadmissível em qualquer estado democrático. A Assemperj se solidariza às milhares de pessoas que foram às ruas em sua homenagem em todo o mundo, e defende o respeito e tolerância às reivindicações dos defensores dos direitos humanos, o que se coaduna com a defesa pela dignidade profissional dos policiais, que sofrem com péssimos salários e falta de estrutura de trabalho.

É no mês do dia das mulheres também que trazemos uma charge em defesa delas no ambiente de trabalho. Faz parte da campanha *O MP que queremos?*, lançada nesta edição, pautando as necessidades dos servidores. Combate ao Assédio Moral no trabalho foi o assunto destacado na reportagem de capa central trazendo diversos elementos sobre o fenômeno, que tem sido debatido pelos servidores. Teletrabalho, Edital de Remoções/Permutas, Reajuste Salarial e Jornada de Trabalho, dentre outros, serão os próximos temas. A campanha visa fortalecer essas discussões perante a Administração, na perspectiva de uma instituição mais justa e saudável ao ambiente laboral, assim como promover o debate em busca dos direitos dos servidores. Contamos com a participação de todos nesse processo, e boa leitura!!

EXPEDIENTE

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Travessa do Ouvidor, 38, 2º andar. Centro Rio de Janeiro RJ CEP: 20040-040 / (21) 2550-9130 e 2220-9763

CONSELHO DIRETOR: **Presidente**: Flávio Sueth Nunes - **Vice-presidente:** Raphael Francisco Leite Pinto de Carvalho - **Secretária Geral:** Christiane Pinheiro
Diretoria Jurídica: Aline Cícero
CONSELHO DELIBERATIVO: Aline Ferreira Faria - Maria da Glória Araújo Amaral - Ricardo Arouca Cleaver CONSELHO FISCAL: Carlos Augusto Brizzante Gonçalves - Jairo Darella - Ricardo Souza Matos

Edição e texto: Eduardo Sá (JP 33266RJ)
Diagramação: Fernando Amorim
Ilustração: Fernando Pinto
Fotos: MPRJ e Assemperj
Tiragem: 2.000 exemplares
Gráfica: Folha Dirigida

Como você pode ajudar o Estado a sair da crise?

Por Nelson Antunes Jr.

Além de votar, cada cidadão pode fazer algo pelo Estado. Basta pedir a Nota Fiscal em cada compra. Por que é importante pedir a nota? Em primeiro lugar só o documento fiscal garante ao cidadão exercer seus direitos como consumidor (troca, reembolso, etc). Também dificulta a sonegação e aumenta a arrecadação do Estado, pois muitos setores têm historicamente um grande percentual de informalidade e sonegação.

Isso não é de hoje. De um lado está o consumidor que não possui o hábito de solicitar a nota, de outro alguns empresários que tem cultura de sonegar tudo o que podem.

Perde-se duas vezes: O ICMS está calculado na formação do preço que você paga nas mercadorias. Abrindo mão da nota você sai perdendo também como cidadão, pois parte do valor deveria retornar para a sociedade em forma de serviços.

Alguém pode perguntar: "E se eu negociar um preço menor sem nota?" Você estará sendo cúmplice de um crime de Sonegação Fiscal previsto na Lei 8.137/90. A pena é de 2 a 5 anos, além de multa.

Se todos os cidadãos do Estado solicitassem a Nota em todas as suas compras, certamente haveria um aumento na base de arrecadação. Como a base de arrecadação é na casa das dezenas de bilhões, apenas 1% de incremento já representaria centenas de milhões que fariam muita diferença para escolas e hospitais da rede estadual. Haveria também um incremento nos duodécimos e uma redução no percentual de gasto de pessoal frente à Receita Corrente Líquida, acabando com a necessidade de demissão de servidores.

Pensando nisso, os servidores da Receita Estadual lançaram uma campanha. #RioLegalExijaNotaFiscal. Diferente de outras iniciativas que oferecem sorteios ou prêmios em dinheiro, essa tem foco na cidadania e na busca de uma sociedade mais consciente de seu papel de fiscalizar e cobrar a aplicação de recursos públicos.

Se algum comerciante se recusar a entregar a nota fiscal, entre em contato com a Ouvidoria da SEFAZ (email ouvidoria@fazenda.rj.gov.br ou telefone (21) 2334-4770).

Vamos ajudar o futuro governador a recuperar as finanças do Estado destruídas na atual gestão."

Nelson Antunes Jr. é Diretor Geral de Comunicação da **Associação dos Analistas da Fazenda Estadual (ANAFERJ)** e Conselheiro do **Fundo de Previdência Complementar do Estado do Rio de Janeiro – RJPREV.**

ANALÍTICA
SEGUROS

Campanha por Direitos: O MP que queremos

Campanha : O MP que Queremos

Edital de Remoções / Permutas
Reajuste salarial
Teletrabalho

Valorização do Servidor
Revisão da Jornada de Trabalho
Combate ao assédio moral

Em diálogo com os associados (as) lançamos a Campanha por Direitos: O MP que queremos. A ideia é debater os temas e colher propostas através de comissões aprovadas em assembleia geral e que serão apreciadas por nossa diretoria e contempladas nos procedimentos a serem encaminhados à Administração do MPRJ.

Os pontos mais indicados pelos associados são: necessidade de criação de editais de remoções e permutas, definição de atribuições dos servidores, combate ao assédio moral, melhoria da situação dos "coringas", política remuneratória e a padronização das gratificações, melhorias na jornada de trabalho, dentre outros.

Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária
para aprovar e debater a Campanha e as contas da Assemperj do ano de 2017
Dia 11 de abril às 18h na sede da Assemperj

Nessa edição da Revista Assemperj, abordaremos o tema assédio moral. Nas próximas, aprofundaremos os demais, conforme as comissões e políticas definidas pela assembleia geral.

A necessária regulamentação da Lei (3.921/02) e a criação de Comissão Paritária

No início de 2017 a Assemperj requereu, através do protocolo (2017.00286110), a criação e regulamentação de procedimentos internos para prevenção e combate ao assédio moral no trabalho, tendo em vista a Lei Estadual nº 3.921/2002. A Portaria MPU/MPT nº 583, de 22 de maio de 2017, baseada na Política Nacional de Enfrentamento ao Assédio Moral, também foi utilizada como inspiração para reivindicarmos uma normatização no âmbito do MPRJ.

O objetivo é favorecer a criação de um ambiente mais saudável de trabalho e comprometido com a garantia dos direitos fundamentais dos servidores. O MP não pode deixar de observar tais princípios internamente, por isso a Assemperj tem realizado constante diálogo com a Administração, que informou que o pleito está tramitando e, em breve, ocorrerão novidades. Buscamos a constituição de uma Comissão mista com a participação dos servidores e membros para acompanhar as notícias e propor políticas de prevenção. Muitos casos que poderiam ser resolvidos através de mediação, acabam se transformando em grandes procedimentos.

Evento sobre assédio moral no trabalho, realizado no MPRJ, no dia 30 de setembro de 2016.

Foto: Arquivo MPRJ.

Embora o fenômeno do assédio moral não seja novo, ele vem se intensificando em gravidade e amplitude em todo o país. Atualmente existem mais de 80 projetos de lei sobre o tema em diferentes municípios do país. No Rio de Janeiro, desde 2002 a Lei nº 3.921 condena essa prática. No âmbito federal, há propostas de alteração do Código Penal e outros projetos de lei. O assunto vem sendo discutido amplamente pela sociedade, sobretudo no movimento sindical e no meio jurídico.

Não há nenhuma pesquisa institucional do governo dimensionando o problema a nível nacional. Estudo divulgado pela BBC Brasil aponta que, entre os quase 5 mil consultados pela pesquisa da Vagas.com em todo o Brasil, 52% dos profissionais já foram vítimas de assédio sexual ou moral. Além disso, 34% das pessoas que não passaram por tal situação já presenciaram algum episódio de abuso. A mesma empresa enviou um questionário aos seus cerca de 70 mil usuários, e o assédio moral foi identificado como o abuso mais comum por mais de 40% dos participantes.

O que é o Assédio Moral e Sexual?

Caracteriza-se pela degradação deliberada das condições de trabalho em que prevalecem atitudes e condutas negativas dos superiores hierárquicos em relação aos seus subordinados, podendo gerar prejuízos práticos e emocionais para o trabalhador e a organização. Situações humilhantes e constrangedoras, muitas vezes antiéticas, repetidas e prolongadas durante a jornada de trabalho, a partir de relações desproporcionais de hierarquia, forçam os trabalhadores a desistir do emprego.

Muitas vezes as vítimas vão ficando isoladas do grupo, que também tem medo de sofrer as mesmas reprimendas, e com um sentimento de culpa e desacreditada diante dos colegas de trabalho, além de ficar com a auto-estima em baixa. O medo de perder o emprego ou sofrer represálias, muitas vezes devido às desavenças políticas com os superiores, são comuns nesse cenário, assim como o estímulo constante à competitividade.

De acordo com o procurador do Ministério Público do Trabalho, Artur de Azambuja, o assédio moral pode ser individual, por meio da perseguição continuada, ou institucional que se baseia no assédio para o cumprimento de metas. A pessoa pode fazer uma notificação anônima ou não pela internet e nas ouvidorias, e a maioria das denúncias comprovadas são vitoriosas na justiça, sobretudo quando o trabalhador ou ex-funcionário se prontifica a falar.

"Toda empresa ou órgão não pode permitir que isso aconteça dentro do seu ambiente. Os trabalhadores ficam altamente frustrados, pessoas ficam doentes, a produtividade cai, etc. Os resultados são os piores possíveis, vale muito mais a pena investir em relações humanas e não ter custos judiciais e indenizatórios", afirmou.

Esse tema é alvo de discussões em diversas instituições públicas e privadas em todo o mundo. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), estas serão as décadas do "mal estar na globalização", onde predominará depressões, angústias e outros danos psíquicos, relacionados às novas políticas de gestão na organização de trabalho vinculadas às políticas neoliberais.

Visita do presidente da Assemperj, Flavio Sueth, e da presidente da Asdperj, Thaís Rabelo, ao Ministério Público do Trabalho (MPT- RJ).

Foto: Arquivo Assemperj.

Campanha por Direitos: O MP que queremos

Os pontos mais indicados pelos associados são: definição de atribuições para evitar determinações superiores abusivas, política remuneratória visando a padronização das gratificações em setores com distribuições equânimes de tarefas e jornada de trabalho impossibilitando a compensação de horas extras, dentre outros. O procedimento da Assemperj traz diversas propostas: divulgação dos abonos e regras relativas à jornada de trabalho, apresentação de relatório anual de ocorrências relativas ao assédio moral, possibilidade de denúncia via internet e afastamento do local de lotação do servidor durante o processo judicial e, principalmente, a criação de comissão paritária para tratar dos casos e sugerir políticas.

Como os casos de assédio e de discriminação são bastante delicados, uma vez que ocorrem de forma velada e sutil e seus efeitos são maléficos tanto para a pessoa assediada quanto para a instituição, é necessária a criação de canais nos quais se possa denunciar com segurança. Os Tribunais do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, de forma pioneira, estabeleceram comissões paritárias de prevenção e enfrentamento ao assédio moral.

MÊS DAS MULHERES

TRABALHO COMO ELE É

Se você tem uma história para nos contar, envie para comunicacao@assemperj.org.br

Informes Assemperj

WHATSAPP ASSEMPERJ

Implantamos o sistema de WhatsApp Business na Assemperj. O associado que tiver interesse vai passar a receber informações sobre serviços e necessidades da categoria, assim como tirar dúvidas sobre questões particulares. Basta enviar uma mensagem ao número (21) 97437-8483 com o nome completo, a matrícula, cargo, lotação e data de nascimento. Trata-se de uma mala direta, portanto os associados só receberão a informação e caso respondam a mensagem não será visualizada por todos. Não é um grupo de WhatsApp, mas vamos responder algumas dúvidas.

RECEPÇÃO DOS NOVOS CONCURSADOS

As entidades de classe têm, cada vez mais, participado e colaborado com o curso de ambientação e capacitação dos servidores no momento de ingresso à Instituição. Esse processo é importante porque é realizada a apresentação do MPRJ e feito um treinamento por meio de curso do Instituto de Ensino e Pesquisas (IEP). No mês de abril, entre os dias 2 e 13, contaremos com uma nova turma de 17 servidores. Na primeira semana da programação são debatidas questões teóricas, e na segunda atividades práticas a fim de integrá-los às suas funções. No último dia, a Assemperj e o Sindsemp, apresentam a importância do trabalho que vem sendo desenvolvido pelas representações, entregam um manual de informações básicas, bem como abordam os direitos e necessidades da categoria. A Assemperj promove com seus próprios recursos uma pequena recepção comemorativa aos novos servidores, assim como a estrutura de *Coffee Break*.

CINEMAS KINOPLEX

A Assemperj disponibiliza vouchers* de cinema a preços promocionais para as salas Kinoplex (válidos em todo o Estado do Rio de Janeiro). Cada Cineticket pode ser adquirido **por apenas R$14,00**.
Todos os associados podem comprar **até quatro bilhetes por mês** diretamente em nossa sede, na Travessa do Ouvidor 38/2º andar, ou depositar o valor da compra na conta (Itaú: ag. 6002 cc. 01701-7) antes de buscar as entradas e apresentar o comprovante de pagamento.
Também é possível adquiri-los através de contato com a empresa Masterclin (4020-3020 capital e região metropolitana / 0800-6452015) para efetuar o pagamento via boleto e aguardar a entrega dos vouchers em casa.

Servidor | EM FOCO

ADILSON MOURA

Alguns olhares da velha guarda de servidores do MPRJ

Desde 1971 no serviço público, Adilson Moura, 67 anos, atualmente lotado na Promotoria do Meio Ambiente, mas exercendo ofício no cartório de protocolos das Promotorias de Tutela Coletiva em Niterói, é querido e conhecido por muitos onde trabalha. É um dos veteranos de carreira no MPRJ, onde trabalha desde 2003, período de um dos primeiros editais para concursados no órgão. Ao todo são 46 anos de serviço público sem nenhuma interrupção.

Lembra que na época de seu ingresso na máquina pública, os servidores eram muito desvalorizados, criticados, com fama de que ganhavam sem trabalhar e eram vagabundos do governo. Foi a partir da Constituição de 1988, segundo ele, que por meio das transformações da sociedade o servidor foi se conscientizando frente ao ente público e sua clientela.

"Da Constituição para cá e graças aos governos com um olhar de mais inclusão social, o servidor passou a ter mais conceito na sociedade. Houve a obrigatoriedade do concurso público, porque naquela época era uma avalanche, quase regra, os cargos indicados e concursos manipulados. O servidor passou a ser mais respeitado não só nas questões financeiras, mas também nas morais e trabalhistas", disse.

Apesar dos avanços, contraditoriamente, sua avaliação é que o servidor sofre hoje de alguns males psicológicos e falta de auto estima. Não se sentem valorizados e isso gera diversos problemas de saúde. Uma iniciativa que poderia ajudar nisso, na sua opinião, seria a organização de algum local de lazer, interação e descontração para os servidores em momentos fora do ambiente de trabalho, como também poderiam ser usados espaços subutilizados nas dependências de alguns órgãos do MPRJ. Como exemplo o 14º andar da sede do MP-Niterói, onde poderiam ser realizados alguns eventos sociais, assim como já está ocorrendo da sede/RJ.

O fato de muitos servidores não se vincularem às entidades de classe é outro ponto que lhe é muito preocupante. "Isso é um verdadeiro tiro no pé do próprio servidor, porque são elas que defendem os nossos direitos e anseios. Há um desconhecimento por parte dos funcionários, e um pensamento de gasto sem resultado que não procede. A Assemperj é bastante atuante e alcança várias conquistas aos servidores", criticou.

Embora tenha críticas ao MPRJ, é um árduo defensor do serviço público. "O MPRJ tem um papel constitucional muito preponderante, mas ainda existem muitos gargalos a desobstruir. É preciso uma atuação mais tempestiva, presente e menos redundante. Apesar dos avanços, ainda é mais burocrático que efetivo. A sociedade está sofrendo uma série de problemas e o MPRJ precisa atuar nessa perspectiva", acrescentou Moura.

Mesmo que já tenha idade para se aposentar e não seja contemplado na PEC da Reforma da Previdência que vem sendo discutida no Congresso Nacional, ele critica o projeto. Sua avaliação é de que a Reforma é necessária, mas deveria atender a quem mais precisa.

"Os privilégios não estão sendo combatidos, acaba afetando mais da classe média para baixo. Essas pessoas não podem ser tratadas nas mesmas condições que os ricos. Políticos e militares deveriam ser contemplados também nesse projeto, pois já trabalham de forma privilegiada e não serão alcançados: fere até o princípio de isonomia. E as outras reformas, como a política e tributária, também deveriam ocorrer, assim como a taxação sobre grandes fortunas para termos um país menos elitista e individualista. Todos têm direito a uma vida digna", concluiu.

Reunião com o PGJ em Março de 2018

Na primeira semana de março, os representantes da Assemperj/Sindsemp, dando sequência ao salutar e franco diálogo que tem sido travado com a Administração Superior, realizaram a reunião mensal para tratar de algumas pautas da categoria. Abaixo, apresentamos, uma síntese do informativo já enviado aos associados (as). O Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Gussem, e o Secretário-Geral do MPRJ, Dimitrius Viveiros, estavam presentes.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

Foram debatidas a situação financeira do Estado e as questões inerentes a projetos de lei com repercussão financeira, dentre outros. O momento do Estado e da Alerj é bem delicado, além das limitações da Lei Complementar 159/17 e leis estaduais congêneres, que foi exaustivamente criticada pela Assemperj durante toda a sua tramitação. Estamos acompanhando tudo e buscando o melhor para os servidores. Em breve, traremos mais informações por e-mail.

Foto: Assemperj.

REMOÇÃO, PERMUTA E SERVIDORES "CORINGAS"

A Administração aceitou discutir uma proposta que será apresentada pelos servidores no sentido de se criar uma regulamentação dos processos de remoção, permutas e da situação dos servidores "coringas". A Assemperj e o Sindsemp se prontificaram a levantar dados de outros estados e modelos para, a partir de um estudo e do recebimento de sugestões dos servidores em geral, protocolar junto à Administração procedimento em busca de dar mais transparência, facilitar e desburocratizar o sistema de remoção e permuta dos servidores na instituição, além de propor melhorias para a situação dos "coringas".

As sugestões podem ser enviadas através do e-mail comunicacao@assemperj.org.br.

JORNADA DE TRABALHO

Informamos que há discussão na casa a respeito da necessidade de se alterar as resoluções que tratam da jornada de trabalho. Alguns itens já estão praticamente pacificados, como a questão da importância de se aumentar o período para usufruto do banco de horas.

Levantamos algumas propostas dos servidores, tais como o aumento dos dias de abono e uma maior flexibilidade em geral, respeitado sempre o compromisso com o bom andamento do serviço. No entanto, muitas questões precisam ser elaboradas e a Assemperj precisa peticionar propostas decididas com a maior parte dos associados.

ALTERAÇÃO DO NOME DO CARGO TNAI

O procedimento está em fase de conclusão e será levado ao próximo Órgão Especial do MP para aprovação e seguimento para a Alerj. Como não haverá impacto financeiro, a expectativa é que seja aprovado nos dois órgãos. Reiterou-se que o novo nome de Oficial do MP está em consonância com a mobilização nacional desses servidores e a necessidade do fortalecimento e aumento da efetividade na sua função institucional, com a devida identificação em sua carteira funcional, o que já ocorre em diversos MPs estaduais.

ELEIÇÃO VIRTUAL DA ASSEMPERJ TRAZ MAIS DEMOCRACIA

A proposta da Assemperj de realizar sua eleição via Sistema Eletrônico de Votação do MRPJ (SEV) foi bem aceita pela Administração. O SEV é seguro, pois é o mesmo sistema que realiza a eleição virtual do PGJ e Conselhos do MP. A ideia da diretoria da Assemperj é inovadora e histórica, pois oferece mais transparência e aumenta a participação democrática de seus associados ao ampliar a possibilidade de votação por parte de todos os servidores do interior e região metropolitana.

A demanda será submetida ao setor responsável para se analisar a viabilidade operacional.